



# O PARTIDO DEMOCRÁTICO NACIONAL DE 1927 A 1929: UM ESTUDO DOS CAPITAIS FAMILIARES E POLÍTICOS DOS SEUS DIRIGENTES

## THE NATIONAL DEMOCRATIC PARTY FROM 1927 TO 1929: A STUDY OF THE FAMILY AND POLITICAL CAPITAL OF ITS LEADERS

Natália Cristina Granato<sup>1</sup>

Recebido em: 16 de julho de 2020.  
Aprovado em: 10 de novembro de 2020.

<https://doi.org/10.46401/ajh.2020.v12.10643>



**RESUMO:** Este trabalho objetiva assinalar aos capitais familiares e políticos dos dirigentes do Partido Democrático Nacional, agremiação política fundada no ano de 1927 por membros da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul e por políticos paulistas do Partido Democrático de São Paulo, no contexto de contestação às oligarquias hegemônicas, acusadas de promover um jogo político repleto de vícios, tais como o familismo, as fraudes eleitorais e as restrições do direito ao voto para a maioria da população.

**ABSTRACT:** This work aims to highlight the family and political capital of the leaders of the Partido Democrático Nacional, a political association founded in 1927 by members of the Liberating Alliance of Rio Grande do Sul and by São Paulo politicians from the Democratic Party of São Paulo, in the context of contesting the oligarchies hegemonic, accused of promoting a political game full of vices, such as familism, electoral fraud and restrictions on the right to vote for the majority of the population.

**Palavras-chave:** Partido Democrático; Oligarquia dissidente; Primeira República.

**Keywords:** Partido Democrático Nacional; Dissident oligarchy; First Republic.

<sup>1</sup> Doutoranda em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná. Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Paraná (2013) e Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (2016). E-mail: [nataliagranato@hotmail.com](mailto:nataliagranato@hotmail.com).

Este trabalho objetiva assinalar as principais características do Partido Democrático Nacional, agremiação política fundada no ano de 1927 por membros da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul e por políticos paulistas do Partido Democrático de São Paulo. Entre os objetivos do partido, destaca-se a ideia de unir as oposições antioligárquicas e dissidentes nos estados em torno de uma organização nacional. Para o entendimento deste partido, torna-se necessária a compreensão do contexto social e político da Primeira República, ou “República Velha” (1889-1930), no qual o domínio político e econômico exclusivo de oligarquias hegemônicas nos estados é contestada por diversas forças sociais e políticas, que almejam a ampliação da participação democrática e o combate a lógicas viciadas do jogo político regional, tais como o familismo, as fraudes eleitorais e as restrições do direito ao voto para a maioria da população. As insatisfações diante de tal sistema e ordem social se intensificaram na década de 1920, e o surgimento de partidos que protestavam contra as oligarquias hegemônicas nos estados representa expressões deste contexto, incrementado pelas mudanças que os processos de urbanização e industrialização possibilitaram para a sociedade brasileira. Este processo trouxe consigo o aumento de inquietações de segmentos sociais como os operários, os comerciários, os profissionais liberais, entre outros, que se relacionam com a organização de sindicatos, partidos e formas diferentes de protesto social como o movimento tenentista, cujo prisma básico era o questionamento do sistema político e social oligárquico, com proposições de outras formas de organização.

Nesse contexto, surge o Partido Democrático Nacional, cuja primeira diretoria era composta por sete políticos provenientes de oligarquias dissidentes de três estados diferentes. São eles: Joaquim Francisco de Assis Brasil, presidente do PDN, exercendo previamente o cargo de deputado federal pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, Paulo de Moraes Barros, secretário-geral do partido, exercendo o posto de deputado federal pelo Partido Democrático de São Paulo e Adolfo Bergamini, secretário-geral do PDN, de destacada atuação como deputado federal pelo Distrito Federal. Os outros membros da diretoria do Partido Democrático Nacional referem-se a Francisco Morato e José Adriano Marrey Júnior, deputados federais pelo Partido Democrático de São Paulo, Plínio de Castro Casado e João Batista Luzardo, deputados federais pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul.

Tratando-se de um partido que pretendia combater as oligarquias hegemônicas, averiguaremos quais eram as suas críticas ao sistema político vigente e qual foi a sua linha de atuação para os antecedentes da Revolução de 1930, buscando pontos de rupturas e continuidades em relação à ordem política anterior.

A Revolução de 1930 buscou a incorporação das aspirações das classes em ascensão (burguesia industrial, operariado urbano) nas pautas do Estado (ou seja, quebrou o monopólio exclusivo das oligarquias rurais sobre o Estado). Mas isso não significa que tais classes hegemônicas da República Velha foram excluídas do processo político que estavam em reformulação. Luciano Martins (1983, p.673) caracteriza a Revolução de 1930 como uma “crise da oligarquia”, pois se a estrutura agrária não foi modificada, logo as bases sociais do coronelismo foram mantidas, bem como a hegemonia do voto rural. Tal processo resultou na modernização da manipulação eleitoral e do patrimonialismo e também proporcionou a inclusão de atores emergentes na cena política, algo que “o sistema representativo da confederação oligárquica fora incapaz de resolver” (MARTINS, 1983).

Outra autora que compartilha deste ponto de vista é Maria do Carmo Campello de Souza, salientando que os interesses econômicos dominantes do período anterior não foram marginalizados. Segundo a autora, a Revolução de 1930 redefiniu os “canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o poder central” (SOUZA, 1976, p.85).

No contexto do Partido Democrático Nacional, analisaremos os perfis dos membros de sua diretoria através da prosopografia, coletando informações biográficas como nome completo, filiação, local de nascimento, cargos políticos ocupados, profissão, formação, atuação e partido político de origem dos agentes em questão. Prosopografia ou biografia coletiva, segundo Lawrence Stone (2011), é uma técnica que investiga características comuns de um grupo de atores através de um estudo coletivo de suas trajetórias de vida.

Também verificaremos quais são os capitais sociais destes agentes, averiguando se os mesmos eram membros de famílias tradicionais que se reproduzem social e politicamente ao longo dos séculos nos seus respectivos estados. Nosso referencial teórico se baseia em algumas proposições de Pierre Bourdieu a respeito do “campo” político permeado por disputas e conflitos. Entendemos os dirigentes do Partido Democrático Nacional como agentes dotados de determinados *habitus* e capitais que determinam suas posições de mando, prestígio e reconhecimento no campo político. Bourdieu entende a sociedade ou o macrocosmo social como um espaço dividido e interrelacionado em campos sociais. Tendo em vista que os agentes analisados estão inseridos em diferentes campos/subcampos da vida social, consideraremos como espaços centrais de reconhecimento simbólico os seguintes campos: o político, o social/econômico e o cultural/intelectual. Cada campo é um microcosmo, uma parcela do mundo social (ou macrocosmo) relativamente autônomo em relação à totalidade do mundo social (BOURDIEU, 2011, p.195). Relativa autonomia, pois “os campos não são espaços com fronteiras estritamente delimitadas, totalmente autônomos” (BONNEWITZ, 2003, p.62). Assim, os campos podem se entrecruzar-se, e a inserção de cada agente analisado em diferentes campos proporciona a acumulação de capitais que são decisivos para a noção da posição que os agentes irão ocupar no mundo social. Os “campos”, que permeiam a vida social, são compostos de agentes com capitais desiguais que reproduzem o sistema de dominação.

Assinalamos a importância da análise de trajetórias biográficas e sociais através da identificação dos capitais dos quais os agentes são detentores, como o econômico, o político, o cultural, o social, o simbólico, entre outros para a análise do Partido Democrático Nacional sob uma ótica societária de uma instituição política, que se relaciona com o conjunto da sociedade e representam pontos que sintetizam o momento de contestação, mudanças, conciliações e negociações entre as novas e velhas forças que estavam em disputa no contexto da Revolução de 1930.

Temos como ponto de partida a ideia de que o contexto de lutas entre oligarquias que teve como desfecho a formação de partidos como o PDN e a Revolução de 1930 foi parte de um processo de “modernização conservadora”. Articularemos a análise do Partido Democrático Nacional e essa noção no estudo de seus agentes.

A Revolução de 1930 questionou a autonomia política e administrativa dos estados e fomentou a centralização estatal e as novas práticas políticas-eleitorais. Seus primeiros meses registraram uma “política revolucionária”, questionando as práticas oligárquicas características da “velha políti-

ca" exercida pelos coronéis e clãs familiares, que se perpetuavam no poder.

No entanto, a despeito do discurso "regenerador" do movimento político, boa parte da literatura sobre a Revolução de 1930 caracteriza este processo como "modernização conservadora". O conceito de Barrington Moore Junior é aplicado ao caso brasileiro para a explicitação de que não houve uma "Revolução" no estilo clássico do termo (tendo como referência a revolução francesa, na qual a burguesia, como classe economicamente dominante em ascensão assume a hegemonia política, promovendo rupturas com a Nobreza e o Antigo Regime, tornando-se uma classe politicamente dominante) e sim uma ruptura de estilo conservador. A burguesia brasileira e os interesses urbanos e industriais não conseguem impor totalmente frente às antigas classes dominantes, como é o caso das oligarquias rurais, cabendo ao Estado o papel de incorporação da nascente burguesia (industrial e comercial), conservando as velhas estruturas de propriedade e não deixando de atender os interesses dos setores oligárquicos que detinham o poder (PIRES; RAMOS, 2009).

Todas as informações biográficas foram obtidas no Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro, produzido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com os verbetes por dirigente político devidamente citados nas notas de rodapé.

## Antecedentes do Partido Democrático Nacional

O Partido Democrático Nacional surgiu de uma união de membros do Partido Democrático de São Paulo e da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul. A agremiação paulista surgiu em fevereiro de 1926, sob a liderança do Conselheiro Antônio da Silva Prado. Durante a década de 1920, três partidos estavam em formação no estado de São Paulo: O Partido Popular, chefiado por Antônio Prado, o Partido Evolucionista, chefiado por Marrey Júnior, e o Partido Liberal, sob a liderança de Waldemar Ferreira. Todos eles tinham em comum o apoio aos movimentos tenentistas e a pauta de reforma nas instituições e costumes políticos (NOGUEIRA FILHO, 1965, p.150-151). O Partido Democrático de São Paulo juntou estas forças oligarcas dissidentes em torno de um só programa, que tinha seis objetivos:

1º) Defender os princípios liberais consagrados na Constituição, tornando uma realidade o governo do povo pelo povo e opondo-se a qualquer revisão constitucional que implique restrições às garantias e liberdades individuais. 2º) Pugnar pela reforma eleitoral, no sentido de garantir a liberdade do voto, reclamando para isso o voto secreto e medidas asseguradoras do alistamento, do escrutínio, da apuração e do reconhecimento. 3º) Vindicar para a lavoura, para o comércio e para a indústria a influencia a que tem direito, por sua importância, na direção dos negócios públicos. 4º) Suscitar e defender todas as medidas que interessam à questão social. 5º) Pugnar pela independência econômica da magistratura nacional e pelo estabelecimento de uma organização judiciária em que a nomeação dos juizes e a composição dos tribunais independam completamente de outro qualquer poder político. 6º) Pugnar pela independência econômica do magistério público e pela criação de um organismo integral de instrução, abrangendo o ensino primário, secundário, profissional e superior" (NOGUEIRA FILHO, 1965, p.156).

No livro de memórias do seu secretário-geral, Paulo Nogueira Filho, sua narrativa destaca que o Partido Democrático falhou em não ter contato com a classe trabalhadora e não prever, em seu programa, uma atenção especial à causa operária. Em linhas gerais, trata-se de uma organização partidária de oligarcas descontentes com a política praticada pelos grupos hegemônicos paulistas.

Uma das principais premissas do Partido Democrático de São Paulo era a de “republicanizar a república”, ou seja, resgatar os valores democráticos, morais e políticos esquecidos ou fragilizados pelas práticas ao longo das décadas, principalmente devido à hegemonia política exercida pelo Partido Republicano Paulista, contestada pelos membros da agremiação. O discurso ideológico de democracia versus oligarquia era o mote da contraposição entre o Partido Democrático e o Partido Republicano, recorrente em muitos manifestos e declarações (PRADO, 1986).

Já a Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul surgiu por volta do ano de 1924, através da liderança de Assis Brasil, que conclamava a um movimento revolucionário que transformasse as instituições, proporcionando a moralização eleitoral e a independência judiciária. Por sua vez, o Partido Democrático do Distrito Federal surgiu no Rio de Janeiro, em meados de 1927, com as bandeiras ligadas à autonomia dos estados e educação em massa. Lideranças destes três partidos fundaram o Partido Democrático Nacional, uma agremiação cuja a diretoria era constituída por fazendeiros e profissionais liberais da burguesia. Paulo Nogueira Filho relata que, dos 50 candidatos pelo partido, nenhum era representante de algum agrupamento trabalhista (NOGUEIRA FILHO, 1965, p.290).

Em linhas gerais, o Partido Democrático Nacional é uma organização formada por oligarcas dissidentes latifundiários ou profissionais liberais. Compreendendo que os mesmos participaram ativamente da Revolução de 1930, destacamos o caráter elitista e oligárquico de suas aspirações em tal evento histórico, o que é uma evidência da “modernização conservadora” no Brasil deste contexto histórico. A próxima seção proporcionará a exposição de informações biográficas sobre os membros da diretoria do Partido Democrático Nacional.

## Os dirigentes do Partido Democrático Nacional: origens sociais e capitais políticos

Esta seção pretende expor informações biográficas que dizem respeito às origens sociais e aos capitais políticos dos dirigentes do Partido Democrático Nacional seguindo a seguinte sequência: os membros da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul (3), do Partido Democrático do Rio Grande do Sul (3) e do Partido Democrático do Distrito Federal (1), que se juntaram em torno da agremiação nacional.

Os dirigentes da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul que estão representados na diretoria de fundação do Partido Democrático Nacional são Joaquim Francisco de Assis Brasil, Plínio de Castro Casado e João Batista Luzardo.

O presidente do Partido Democrático Nacional é Joaquim Francisco de Assis Brasil<sup>2</sup>. Nascido na cidade de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudou com Júlio de Castilhos e se formou no ano de 1882<sup>3</sup>. Seu grupo acadêmico teve

3 Sua turma reuniu gaúchos como Alcides de Mendonça Lima, magistrado e deputado federal constituinte; Ângelo Gomes Pinheiro Machado, advogado e deputado federal; Francisco Carlos de Araújo Brusque Júnior, advogado; João Jacinto de Mendonça, advogado; Joaquim Martini, Juiz Municipal; José Vieira da Cunha, magistrado; Oscar Paranhos Pederneiras, promotor público no Rio de

contato com ideias republicanas, abolicionistas e positivistas, o que influenciou a prática política no interior do Partido Republicano Riograndense. Assis Brasil foi um dos fundadores desta agremiação, juntamente com Júlio de Castilhos. As conexões oligárquicas com os grupos que exerceram a hegemonia política durante a República Velha são evidentes na trajetória de Assis Brasil. Sua família é formada por estancieiros e latifundiários. Casou-se com Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos, o que intensificou suas ligações com o líder republicano que exerceu duas vezes o cargo de governador do Rio Grande do Sul, a primeira em 1891 a segunda de 1893 a 1898.

Apesar de ter participado da fundação do Partido Republicano Riograndense, sua trajetória política o associa às dissidências e oposições aos quadros dominantes estabelecidos. Em 1908, fundou o Partido Republicano Democrático, cujo programa inspirou a fundação do Partido Libertador, em 1928. Em 1922, candidatou-se à presidência do Rio Grande do Sul, em oposição à Borges de Medeiros. Tornou-se uma das principais lideranças da Aliança Libertadora, que reuniu diversas oposições e dissidentes republicanos a partir de 1924. Foi neste ano também que participou da revolta tenentista de 1924, continuando suas atividades opositoras no seu exílio no Uruguai. Na volta ao Brasil, foi eleito deputado federal pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, em 1927. Suas principais bandeiras referem-se à defesa da anistia aos revolucionários tenentistas e à oposição ao governo Washington Luís.

O momento em que atuou na fundação do Partido Democrático Nacional foi extremamente rico na luta pela união das oposições e forças políticas dissidentes no Brasil. Assis Brasil mobilizou diálogos com os tenentes exilados Luiz Carlos Prestes, Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa para ensaiar possibilidades de luta armada contra as oligarquias.

Paralelamente à organização do Partido Democrático Nacional, atuou na fundação do Partido Libertador do Rio Grande do Sul, agremiação em que foi seu primeiro presidente. Com as eleições presidenciais de 1930, apoiou a chapa Vargas- João Pessoa. Derrotada a Aliança Liberal, intensificou articulações para o movimento armado. A vitória da Revolução de outubro de 1930, exerceu os cargos de Ministro da Agricultura e Embaixador do Brasil na Argentina. Afastou-se do governo por não concordar com os rumos tomados pelo movimento pós-revolucionário e apoiou a revolta oposicionista paulista de 1932. Isso selou um afastamento com o governo Vargas, seguido também pelo seu irmão, Ptolomeu de Assis Brasil, interventor de Santa Catarina de 1930 a 1932. Nas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, conquistou a cadeira de deputado federal pelo Partido Libertador.

Por sua vez, Plínio de Castro Casado<sup>4</sup> nasceu em Porto Alegre, no ano de 1870. Juntamente com Assis Brasil e Júlio de Castilhos, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, em uma geração de bacharéis posterior, obtendo o diploma em 1892. Após sua conclusão, atuou como promotor público em São João do Monte Negro e Porto Alegre.

Seu perfil social e político também o associa com as oligarquias, sendo filho do major Manuel Bento da Fontoura Casado. Em 1897, foi eleito deputado federal pelo Partido Federalista. No entanto, assim como Assis Brasil, apoiou os movimentos tenentistas e associou-se às oligarquias dissiden-

Janeiro (FRANCO, 2001).

4 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete Plínio Casado, assinado por Silvia Pantoja. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-de-castro-casado> . Acesso em 03.dez.2018.

tes no período pré-1930. Como professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, teve como alunos João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas, de quem era amigo pessoal.

Exerceu o cargo de deputado federal pela Aliança Libertadora a partir de 1924, tendo uma ação de denúncia às fraudes eleitorais e oposição ao governo Borges de Medeiros. Em nome da união das oligarquias dissidentes a nível nacional, no ano de 1929 atuou pela Frente Única Gaúcha (FUG), união do Partido Libertador com Partido Republicano Riograndense, de Borges de Medeiros, em prol da candidatura de Getúlio Vargas para a presidência pela Aliança Liberal, no combate à oligarquia paulista e ao seu candidato oficial, Júlio Prestes.

Com a vitória no movimento revolucionário de 1930, Vargas o nomeou interventor federal no Rio de Janeiro, por indicação de Osvaldo Aranha, os grupos dominantes locais se opuseram ao seu nome e articularam um movimento para a sua deposição, cujo o desfecho se deu em maio de 1931, com a nomeação do general João de Deus Mena Barreto para o cargo. A partir de junho deste mesmo ano, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal, cargo em que permaneceu até a sua aposentadoria, em 1938.

O terceiro membro da Aliança Libertadora que era membro da diretoria do Partido Democrático Nacional corresponde a João Batista Luzardo<sup>5</sup>. Nasceu em Uruguaiana (RS), no ano de 1892. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no ano de 1916 e pela Faculdade de Direito da mesma cidade, no ano de 1918.

Seus vínculos sociais o associam com as oligarquias locais, sendo proveniente de uma família de estancieiros comerciantes e transportadores de mercadorias em Uruguaiana, descendendo de imigrantes bascos. Seu pai, Severo Luzardo, era coronel da Guarda Nacional. Por sua vez, João Luzardo era estancieiro de gado na região de fronteira entre o Brasil e o Uruguai, nas proximidades da cidade gaúcha de Uruguaiana e a uruguiaia.

No entanto, sua carreira política é vinculada aos grupos dissidentes. Foi opositor de José Antônio Flores da Cunha, na ocasião em que este era prefeito de Uruguaiana. Como redator no jornal federalista *A Nação*, escreveu diversos artigos oposicionistas e foi preso. Nas eleições de 1922, apoiou a oposição a Borges de Medeiros, pelo nome de Assis Brasil. Com a derrota de Assis Brasil, Luzardo e Plínio Casado lutaram pela impugnação de Borges de Medeiros. Luzardo chegou a participar do movimento armado para a derrubada de Borges de Medeiros, em 1923, cujo desfecho foi o Pacto de Pedras Altas, que manteve Borges de Medeiros no governo, mas reformou alguns artigos da Constituição gaúcha, entre eles o que proibia a reeleição. Assinalamos que a atuação conjunta destes políticos gaúchos não se dá apenas no Partido Democrático Nacional, mas em vários momentos das lutas oposicionistas na República Velha.

De 1924 a 1930, atuou como deputado federal pela Aliança Libertadora, como opositor ao governo federal. Neste cargo, negociou com os revolucionários paulistas na ocasião da revolta tenentista de 1924, e apoiou a Coluna Prestes. Foi preso novamente por esta circunstância. Como líder do Partido Libertador, dialogou com o Partido Republicano Riograndense em prol da Frente Única Gaúcha (FUG), que Getúlio Vargas para a presidência pela Aliança Liberal. Luzardo participou de caravanas pelo Nordeste do Brasil com João Neves, Augusto de Lima, Francisco Solano Carneiro da

5 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbetes Batista Luzardo, assinado por Renato Lemos. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-luzardo>. Disponível em: 03.dez.2018.

Cunha e Paulo Duarte, sendo um exímio orador. Com a derrota eleitoral de Vargas para Júlio Prestes, Luzardo foi um dos articuladores da Revolução de 1930 e líder do movimento no Sul do Brasil. Com a vitória do movimento, foi nomeado chefe de polícia no Distrito Federal.

No entanto, não demorou a criticar o governo provisório, mobilizando o Partido Liberal, em diálogo com o Partido Republicano Riograndense, a apoiar os protestos dos setores tradicionais paulistas, especialmente as lideranças dos que se viam marginalizados diante dos tenentes, incrementado com a nomeação de João Alberto à interventoria de São Paulo.

Com o crescimento das oposições ao governo central, Luzardo, juntamente com nomes como João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor e Raul Pilla assinaram um manifesto de solidariedade aos paulistas insatisfeitos, que estavam armando a Revolta Paulista de 1932<sup>6</sup>.

Como ecos dessa movimentação, um levante contra Vargas foi organizado no Rio Grande do Sul, que se iniciaria na cidade de Vacaria e se espalharia pelo estado. Esse plano não obteve êxito. Luzardo, Pilla e Collor partiram para o exílio em Buenos Aires depois dos incidentes de 1932. Com a anistia de 1934, Luzardo retornou ao Brasil e fez campanha para deputado federal, sendo eleito em 1934 pela Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul. Durante a constituinte de 1934, o interventor Flores da Cunha ofereceu duas secretarias à Frente Única Gaúcha: a Agricultura, para Raul Pilla e a Fazenda, para Lindolfo Collor. Mesmo com tais negociações, Luzardo foi um forte opositor ao governo Vargas na Câmara até o golpe de 1937, ocasião na qual perdeu o seu mandato com o fechamento do parlamento.

Embora crítico à Vargas, Luzardo não se desvinculou do governo e, a partir de dezembro de 1937, tornou-se embaixador do Brasil no Uruguai. Em maio de 1944, tornou-se embaixador na Argentina, cargo que também exerceu de 1951 a 1954. Com a redemocratização pós-Estado Novo, Luzardo organizou o Partido Social Democrático no Rio Grande do Sul, elegeu-se deputado federal em 1947, presidiu a Caixa Econômica Federal em 1954 e vinculou-se a tradição varguista, nacionalista e trabalhista, apoiando a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, de João Goulart em 1961, e a candidatura de Lott para a presidência em 1960.

Em síntese, o quadro a seguir reúne os principais aspectos biográficos das trajetórias dos membros gaúchos do Partido Democrático Nacional:

6 Movimento organizado pelos dirigentes do Partido Republicano Paulista “objetivando a retomada de poder do qual haviam sido desalojados tão violentamente” pela Revolução de 1930 (BASBAUM, 1981, p.36).

**QUADRO 1: TRAJETÓRIA DOS DIRIGENTES DO PDN PROVENIENTES DA POLÍTICA GAÚCHA**

Nome/ Local de Nascimento, ano/formação	Formação	Capitais sociais	Política pré-1930	Política Pós-1930
Joaquim Francisco de Assis Brasil/ São Gabriel, RS, 1857	Faculdade de Direito de São Paulo, 1882 (mesma turma de Júlio de Castilhos, governador do RS por 2 mandatos)	Família de estancieiros e latifundiários. Casou-se com Cecília Prates de Castilhos, irmã de Júlio de Castilhos	Fundador do Partido Republicano Rio-grandense. Nos anos 1920, tornou-se uma das principais lideranças da Aliança Libertadora, que reuniu diversas oposições e dissidentes republicanos a partir de 1924.  Oposição a Borges de Medeiros. Apoio aos tenentes e à pela Frente Única Gaúcha (FUG)	Ministro da Agricultura (1930-1931);  Deputado;  Embaixador do Brasil na Argentina.
Plínio de Castro Casado/Porto Alegre, RS, 1870	Faculdade de Direito de São Paulo, 1892. Professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, tendo como alunos João Neves da Fontoura e Getúlio Vargas	Filho do major Manuel Bento da Fontoura Casado. Família militar.	Eleito deputado federal pelo Partido Federalista, em 1897. Deputado federal pela Aliança Libertadora a partir de 1924. Oposição a Borges de Medeiros.  Apoio aos tenentes e à pela Frente Única Gaúcha (FUG)	Interventor federal no Rio de Janeiro (1930-1931). Ministro do Supremo Tribunal Federal
João Batista Luzardo/ Uruguai (RS), 1892	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1916, Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, 1918	Família de estancieiros comerciantes e transportadores de mercadorias em Uruguai, descendendo de imigrantes bascos.	Deputado federal pela Aliança Libertadora, de 1924 a 1930. Oposição a Borges de Medeiros. Líder do Partido Libertador. Apoio aos tenentes e à pela Frente Única Gaúcha (FUG).	Líder da Revolução de 1930 no RS. Chefe de polícia no Distrito Federal.  Apoiador da Revolta Paulista (1932). Após o exílio, foi eleito deputado federal em 1934. Embaixador. Líder do PSD no RS.

Por sua vez, os três dirigentes paulistas do Partido Democrático Nacional referem-se a Paulo de Moraes Barros, secretário-geral da nova agremiação, Francisco Morato e José Adriano Marrey Júnior. Os três eram membros fundadores do Partido Democrático de São Paulo.

O primeiro dirigente paulista que trataremos é Paulo de Moraes Barros<sup>7</sup>. Nascido em Piracicaba

7 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV.

Verbete Paulo de Moraes Barros, assinado por Regina Hipólito. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-paulo-de-morais>. Acesso em 03.nov.2018.

(SP), no ano de 1866, formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888. Exerceu os postos de chefe da clínica do serviço de cirurgia geral e vias urinárias da Policlínica do Rio de Janeiro e Delegado de Higiene e do Serviço Contra o Tracoma e a Febre Amarela em Piracicaba. Atuou também como empresário e superintendente da firma Morais Barros e Irmãos e exerceu os postos de diretor da Companhia Cafeeira do Rio Feio e presidente da Tecelagem Paraíba.

Sua origem social o vincula com a classe dominante tradicional paulista. Seu pai, Manuel de Morais Barros, foi senador por São Paulo. Um dos seus tios, Prudente de Morais, foi presidente do Brasil entre 1894 e 1898. A carreira política de Paulo de Morais Barros com o cargo de prefeito de Piracicaba pelo Partido Republicano Paulista, em 1889. Pela mesma legenda, ocupou o cargo de deputado federal de 1909 a 1911. No governo estadual de São Paulo, foi secretário da agricultura, na gestão de Rodrigues Alves.

No entanto, durante os anos 1920, vincula-se à política oligarca dissidente, sendo um dos fundadores do Partido Democrático de São Paulo, no ano de 1926. Exerceu novamente o cargo de deputado federal de 1927 a 1929.

Na organização do Partido Democrático Nacional, atuou como secretário-geral. Com a ocasião das eleições presidenciais de 1930, o PD apoiou a candidatura de Vargas e a Aliança Liberal. Sendo um dos apoiadores do movimento revolucionário de outubro de 1930, Paulo Morais Barros foi indicado a dois ministérios, de maneira interina (Viação e Obras Públicas e Agricultura, Indústria e Comércio) nos primeiros dias da Junta Governativa que colocou Vargas no poder. Foi substituído algumas semanas depois da nomeação.

Com a vitória da Revolução de 1930, indicou o nome do seu correligionário do PD de São Paulo e presidente da legenda, Francisco Morato, a interventoria do estado. Porém, Vargas indicou o nome do tenente João Alberto Lins de Barros para o cargo, contrariando o PD de São Paulo.

Desentendimentos entre a direção do PD paulista nas figuras de Barros, Marrey Júnior e Morato, e o governo provisório, principalmente em relação ao interventor João Alberto e os constantes conflitos com a oligarquia paulista, fizeram com que o PD rompesse com o interventor em abril de 1931.

Com a deposição de João Alberto do cargo em junho de 1931, os paulistas esperavam que Vargas nomeasse um interventor civil e paulista. No entanto, que assumiu foi Lauro Ferreira Camargo, deixando-o em poucos meses, sendo substituído pelo coronel Manuel Rebelo Mendes. Assim que foi nomeado, os paulistas democráticos pressionaram Vargas a demitir o coronel Rebelo Mendes da interventoria. Porém, Vargas não se submeteu à pressão do PD e se viu diante do rompimento da agremiação com o seu governo. Oposições que reuniram o PD, a Liga de Defesa Paulista e a ala jovem do Partido Republicano Paulista formaram a Frente Única Paulista, movimentações que contribuíram para o movimento revoltoso de 1932. Procurando atenuar estas oposições, Vargas nomeou o embaixador Pedro de Toledo para a interventoria em março de 1932, aglutinando em seu secretariado com membros da FUP, PD e PRP, o que contrariou Osvaldo Aranha e gerou uma forte reação das forças paulistas. Nesse contexto, Paulo de Morais Barros foi nomeado secretário da Fazenda na interventoria de Pedro de Toledo.

No desenrolar da Revolução Constitucionalista, Paulo Morais Barros assumiu uma postura favo-

rável ao movimento. Após a derrota dos paulistas frente ao governo central, Moraes Barros assinou um documento de prestação de contas pela sua participação e partiu para o exílio em Paris. Retornando ao Brasil, exerceu o cargo de senador de 1935 a 1937, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Favorável à candidatura de Armando Sales de Oliveira à presidência em 1937, foi destituído do cargo de senador e preso em 1937.

O segundo dirigente paulista do Partido Democrático Nacional é Francisco Morato<sup>8</sup>. Nascido em Piracicaba (SP), no ano de 1868, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1888. Exerceu as funções de inspetor escolar e promotor público na sua cidade natal, onde também era fazendeiro.

Sua origem social o associa com as tradicionais classes dominantes paulistas. Presidiu o Instituto dos Advogados de São Paulo e foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo. Era sócio do Barão de Resende em um escritório de advocacia, onde trabalhava com o seu colega de partido, Paulo Moraes Barros. Morato e Barros foram fundadores do Partido Democrático de São Paulo, partido que cresceu vertiginosamente, visto que em três meses já contava com 20 mil adesões.

Embora sua origem social tenha raízes oligárquicas, desde o início de sua carreira política vinculou-se às oligarquias dissidentes: em 1927, elegeu-se deputado federal pelo Partido Democrático de São Paulo.

Tendo em vista a organização federal das oligarquias dissidentes, foi um dos fundadores do PD Nacional, que aderiu ao mesmo programa da seção paulista. Nos preparativos para as eleições presidenciais de 1930, Morato foi um dos entusiastas em propor uma aliança entre o PD e a Aliança Liberal. Candidatando-se a deputado federal nesta eleição, porém, não conseguiu se reeleger.

Em 1930, tornou-se presidente do Partido Democrático. Com a Revolução de 1930, esperava-se que o seu nome fosse apresentado como interventor, o que não ocorreu com a nomeação do general Hastínfilo de Moura para a investidura do cargo. Tal ato de Vargas desagradou o PD de São Paulo. Por ação dos líderes tenentistas João Alberto Lins de Barros e Miguel Costa pela nomeação de Morato a interventoria paulista, movimentações de Vargas em nomeá-lo Ministro da Justiça foram feitas, o que desagradou o mesmo, que recusou o cargo. Vargas então prometeu sua nomeação em alguns dias, o que não ocorreu. A respeito deste momento político, visualizamos abaixo um trecho de uma carta de Francisco Morato para João Alberto:

Senhor tenente João Alberto, eu não estou aqui mendigando emprego. Tenho uma banca de advocacia que é das mais rendosas da República. Estou aqui reivindicando para São Paulo o direito de se governar a si próprio, salientando que, não fora a ação do Partido Democrático de que, sou chefe, não haveria revolução, ou esta estaria derrotada e o senhor continuaria um simples tenente no exílio" (DHBB. Verbete Francisco Morato. Link na nota de rodapé anterior).

Mesmo com tais tensões, o PD manteve apoio ao governo provisório e à interventoria de João Alberto. Esse estado se modificou com as acusações do PD ao mesmo no que diz respeito ao apoio do interventor as atividades da Legião Revolucionária, acusada de perseguir membros do PD. João

8 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV.

Verbete Francisco Morato, assinado por Jorge Miguel Mayer. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-antonio-de-almeida-morato> Acesso em 03.dez.2018.

Alberto era acusado também de marginalizar os líderes do PD, o que gerou na ruptura com o mesmo em abril de 1931. Tal manifesto também rompia com o governo federal.

Morato foi um dos líderes da Frente Única Paulista (FUP), que tentou negociar alguns cargos com o governo Provisório. Este não aceitou as negociações, e a FUP passou a planejar ações de oposição ao governo federal, como a manifestação contra a visita de Osvaldo Aranha a São Paulo, movimentações armadas contra o governo, organizadas pelo MMDC<sup>9</sup>.

Após negociações com a oposição, Vargas propôs aos líderes das Frentes Únicas paulista e gaúcha, Flores da Cunha e Paulo de Moraes Barros, as pastas da Justiça e Agricultura, respectivamente, o que foi recusado por ambos, visto que as ambições dos grupos na participação no governo eram maiores.

Morato era um entusiasta do movimento armado contra o governo provisório, que eclodiu em julho de 1932. Uma junta provisória se instalou no governo de São Paulo, que foi derrotada em outubro de 1932, com a vitória das forças legalistas. Após tais acontecimentos, Morato exilou-se na Europa, retornando ao Brasil em 1933.

Na interventoria de Armando Sales de Oliveira, foi empossado delegado paulista na questão da fronteira com Minas Gerais, no ano de 1934, que resultou em um acordo em 1936. Isso significa que, apesar de ter atuado em oposição ao governo Vargas em 1932, sua trajetória política se reaproxima do situacionismo com a política de conciliação com as classes dominantes tradicionais paulistas empreendida por Vargas.

Em 1940, Morato organizou uma comemoração ao centenário de Antônio Prado, líder do Partido Democrático, o que gerou protestos do então interventor Adhemar de Barros, que acusou o movimento de ser o novo MMDC, ocasionando na prisão de Morato e outras lideranças. Em pleno Estado Novo, este momento de censura provoca uma inflexão política na trajetória de Morato. Com o fim do Estado Novo, Morato foi nomeado Secretário do Interior e Justiça de São Paulo, na interventoria de José Carlos de Macedo Soares, no ano de 1945, exonerando-se em 1946.

O terceiro membro do Partido Democrático de São Paulo que pertencia à diretoria do Partido Democrático Nacional é José Adriano Marrey Júnior<sup>10</sup>. Nascido na cidade mineira de Itamarandiba, no ano de 1885, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo, 1906. Sua origem social associa com a classe dominante oligárquica, sendo filho do comendador José Adriano Marrey. Iniciou sua carreira política pelo Partido Republicano de São Paulo, exercendo os cargos de vereador em São Paulo, de 1915 a 1920, deputado estadual, de 1919 a 1926 e deputado federal, de 1927 a 1930, desta vez pelo Partido Democrático de São Paulo, momento em que sua trajetória política o vincula às oligarquias dissidentes. Foi apoiador da Aliança Liberal e da Revolução de 1930.

No entanto, logo após tomar posse como presidente, Vargas começa a desagradar os oligarcas dissidentes vinculados ao Partido Democrático de São Paulo. Com o privilegiamento do governo provisório aos tenentes na interventoria do estado, o PD viu-se prejudicado por não ter cargos e

9 Acrônimo que representa os nomes dos mártires da Revolução Constitucionalista de 1932: Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo. Informações retiradas da página da ALESP. “Os heróis da Revolução Constitucionalista de 1932”. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=358013>. Acesso em 15.mai.2019.

10 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV.

Verbete Marrey Júnior, assinado por Jorge Miguel Mayer. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marrey-junior-jose-adriano>. Acesso em 03.nov.2018.

espaço suficiente no governo.

O espaço ocupado por Marrey Júnior no governo provisório foi vinculado à sua designação para tratar da questão operária junto às lideranças sindicais, o que ocasionou em um documento reinvidicações. Tal relatório foi desconsiderado pelo interventor João Alberto, assim que tomou posse no cargo.

Os conflitos entre os membros do PD e a interventoria se intensificaram, o que gerou a Revolução Constitucionalista de 1932, ocasião de união entre o PRP e o PD na Frente Única Paulista (FUP), cujo manifesto foi lançado em fevereiro de 1932, e Marrey Júnior foi um dos signatários e líderes. Com a derrota do movimento de 1932, Marrey Júnior fez uma autocrítica pública em relação aos atos tomados pelo PD, e isto ocasionou sua exclusão do partido.

Marrey Júnior era um dos defensores do entendimento entre o tenentismo e as oligarquias, e revelava-se como um possível nome para a interventoria do estado. Trata-se de um político vinculado às oligarquias dissidentes que, embora tenha tido discordâncias com o governo central no contexto da Revolução Constitucionalista, com o movimento de conciliação entre Vargas e os revoltosos, se reaproximou do governo e vinculou-se a ele, sendo inclusive membro do DASP durante o Estado Novo. Também ocupou o cargo de Secretário de Justiça e Negócios Interiores de 1943 a 1945, na interventoria de Fernando Costa.

Com o fim do Estado Novo, sua vida política foi bastante movimentada. Em 1945, fundou o Partido Popular Sindicalista, tendo como correligionários Miguel Reale e Raimundo do Monte Arrais. Em 1946, sua legenda uniu-se com outros dois partidos (Partido Republicano Progressista e Partido Agrário Nacional), formando o Partido Social Progressista, com a liderança do ex-interventor Ademar de Barros. Em 1947, elegeu-se vereador em São Paulo, e sua atuação legislativa centrava-se na legislação de proteção ao trabalho. De 1950 a 1953, exerceu o cargo de deputado federal pelo PTB, com atuação como presidente da Comissão de Constituição e Justiça e em prol do direito das mulheres. Em 1953, assumiu a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura de São Paulo e se tornou presidente do Conselho do Tribunal de Contas de São Paulo.

Em síntese, o quadro a seguir reúne os principais aspectos biográficos das trajetórias dos membros paulistas do Partido Democrático Nacional:

QUADRO 2: TRAJETÓRIA DOS DIRIGENTES DO PDN PROVENIENTES DA POLÍTICA PAULISTA

Nome/ Local de Nascimento, ano/formação	Formação	Capitais sociais	Política pré-1930	Política Pós-1930
Paulo de Morais Barros/ Piracicaba (SP), 1866	Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1888	Seu pai, Manuel de Morais Barros, foi senador por São Paulo. Um dos seus tios, Prudente de Morais, foi presidente do Brasil entre 1894 e 1898.	Membro do Partido Republicano Paulista. Prefeito de Piracicaba, 1889, deputado federal de 1909 a 1911, secretário de estado da agricultura. Líder do PD de São Paulo. Sem contato com os tenentes e grupos revolucionários.	Ministro Interino da Agricultura e da Viação. Rompimento do PD com o governo federal em abril de 1931. Apoiador do Levante de 1932. Após o exílio, foi senador de 1935 a 1937, pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Preso com o Estado Novo.
Francisco Morato/ Piracicaba (SP), 1868	Faculdade de Direito de São Paulo, 1888	Era sócio do Barão de Resende em um escritório de advocacia, onde trabalhava com o seu colega de partido, Paulo Morais Barros.	Deputado federal pelo Partido Democrático de São Paulo, 1926. Líder do PD de São Paulo. Sem contato com os tenentes e grupos revolucionários.	Apoiador do Levante de 1932. Delegado paulista, interventoria Armando Salles de Oliveira. Secretário do Interior e Justiça de São Paulo (1945-1946)
José Adriano Marrey Júnior/ Itamarandiba, (MG), 1885.	Faculdade de Direito de São Paulo, 1906	Filho do comendador José Adriano Marrey, membro de uma ilustre família paulista.	Pelo Partido Republicano de São Paulo, foi vereador em São Paulo, de 1915 a 1920, deputado estadual, de 1919 a 1926. Pelo PD-SP, foi deputado federal, de 1927 a 1930. Apoiador da Revolução de 1930. Sem contato com os tenentes.	Apoiador do Levante de 1932. Defensor de uma autocrítica sobre o movimento revoltoso, aproximou-se da reconciliação com Vargas. Membro do DASP durante o Estado Novo.

O único membro do Partido Democrático Nacional que era proveniente do Distrito Federal (Rio de Janeiro) é Adolfo Bergamini<sup>11</sup>. Nascido na cidade mineira de Cataguases, no ano de 1886, formou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1919. Exerceu as profissões de escrevente, oficial da Guarda Nacional, escrivão de distrito policial, repórter de diversos periódicos e advogado.

Sua origem social é correspondente à imigração italiana. Seu pai, Antônio Bergamini, foi um arquiteto que trabalhou na construção de uma estada de ferro encapada pela Leopoldina Railway. Adolfo Bergamini conseguiu se inserir na política na década de 1920, com uma atuação combativa frente às oligarquias hegemônicas do Distrito Federal. Atuou como deputado federal entre 1924 e 1930 ao lado de João Batista de Azevedo Lima e João Batista Luzardo, combatendo os governos Artur Bernardes e Washington Luís. Sua atuação parlamentar se solidarizou com os tenentes de 1924. Na Câmara dos Deputados, juntamente com Azevedo Lima, Maurício de Medeiros e José Marrey Júnior, combateu a lei que previa punições aos movimentos grevistas e intervenções em sindicatos.

Foi um dos fundadores do Partido Democrático Nacional, e seu primeiro secretário. O PD Nacional inclusive angariou diálogos com os movimentos tenentistas, porém, maiores negociações não

11 DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO / CPDOC / FGV. Verbete Adolfo Bergamini, assinado por Sílvia Pantoja. Disponível: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bergamini-adolfo>. Acesso em 03.dez.2018.

se efetivaram, o que resultou em trabalho efetivo nas eleições de 1930. Bergamini chegou a ter o seu nome cogitado a disputar o pleito presidencial, sendo considerado pelas pesquisas de sondagem o segundo colocado, uma colocação atrás do líder Luís Carlos Prestes. Ambos se situavam a frente de Júlio Prestes (candidato do PRP de SP), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (presidente de MG) e Getúlio Vargas (presidente do RS). No entanto, o PD nacional apoiou a candidatura de Vargas a presidência nestas eleições. No contexto da Revolução de 1930, promoveu diversos discursos e comícios em oposição ao situacionismo.

Com a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado prefeito do Distrito Federal no dia 24 de outubro. No dia 25, assumiu a interventoria do Distrito Federal, instalando nos primeiros atos sindicâncias para investigação do governo anterior. No entanto, nada foi apurado nesse sentido. (DHBB)

Juntamente com Getúlio Vargas, José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, Bergamini recebeu a marcha que reuniu cerca de 15 mil operários em apoio ao governo provisório em frente ao Palácio do Catete. No entanto, Bergamini encontrou opositores em seu caminho. O Clube 3 de outubro, de orientação tenentista, acusava a sua interventoria de irregularidades administrativas, o que provocou a sua substituição pelo coronel Julião Freire Esteves, ocupante interino, e Pedro Ernesto Batista, interventor em caráter efetivo. Após a deposição do cargo, foi eleito deputado federal pelo Partido Economista Democrático, e exerceu mandato de 1934 a 1937, na ocasião do golpe do Estado Novo.

Suas relações com o governo central foram rompidas, e Bergamini assinou o Manifesto dos Mineiros em 1943, em oposição a Getúlio Vargas. A sua atuação política posterior se resumiu a publicar artigos em periódicos jornalísticos.

## Conclusão

Para a análise do campo político, Bourdieu assinala a necessidade do levantamento de capitais acumulados pelos seus agentes, que incluem, além dos capitais propriamente políticos, os capitais familiares, sociais, econômicos e intelectuais, sendo os mesmos definidores de posições e reproduções de prestígio e notoriedade (BOURDIEU, 2011; BONNEWITZ, 2003).

Na análise dos capitais sociais e das origens familiares dos dirigentes do Partido Democrático Nacional, assinalamos a forte vinculação às oligarquias de todos os membros da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul e do Partido Democrático de São Paulo. O único dirigente que não possuía ligação automática com as classes dominantes regionais é Adolfo Bergamini, cuja origem social corresponde à imigração italiana ascendente na sociedade brasileira do início do século XX. A vinculação de 6 dos 7 dirigentes fundadores do PDN às oligarquias indica que a forma de protesto desta agremiação não correspondia a um questionamento radical das estruturas sócio-econômicas e políticas, ao contrário, tais agentes são oligarcas dissidentes descontentes com algumas práticas políticas dos grupos hegemônicos, não oferecendo riscos às bases estruturais de dominação social e política.

Entre os membros do PDN que faziam parte da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul, assinalamos como ponto em comum o fato de todos eles, no exercício de cargos político-partidários, terem conexões iniciais com as oligarquias dominantes do Partido Republicano Riograndense e do

Partido Federalista e, no decorrer de suas trajetórias, vincularem-se aos grupos dissidentes descontentes com a lógica oligárquica. Assis Brasil foi um dos fundadores do Partido Republicano Democrático, em 1908, apoiou os movimentos tenentistas, fundou a Aliança Libertadora, em 1924, e o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, em 1928, apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Plínio Casado apoiou o tenentismo, organizou a Aliança Libertadora em 1924 e a Frente Única Gaúcha, que uniu o Partido Libertador e o Partido Republicano Riograndense em prol da Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas à presidência, em 1930. João Batista Luzardo, assim como Assis Brasil e Plínio Casado, fundou a Aliança Libertadora, apoiou os movimentos tenentistas e fundou o Partido Libertador, bem como organizou a Frente Única Gaúcha em prol da Aliança Liberal de Getúlio Vargas, em 1930. Tratam-se de três agentes vinculados às principais linhas de frente de questionamento das oligarquias: as organizações político-partidárias e o movimento tenentista.

A trajetória política destes gaúchos no contexto pós-1930 revela uma tendência momentânea ao situacionismo governista, modificada logo no início do governo Vargas, a exemplo de Assis Brasil, que apoiou a revolta paulista de 1932 e fundou o Partido Libertador do Rio Grande do Sul, oposicionista e João Batista Luzardo, que também apoiou a revolta oligárquica de São Paulo contra o governo central em 1932, exercendo a oposição ao governo Vargas até o Estado Novo, momento em que se reaproxima do situacionismo e se torna embaixador do Brasil inicialmente no Uruguai e posteriormente na Argentina. No período pós-1945, organiza o PSD no Rio Grande do Sul e atua como legalista nas posses presidências de JK e João Goulart. Apenas Plínio Casado, amigo pessoal de Vargas, não tem associações com os oposicionistas ao governo central, desenvolvendo sua carreira no Rio de Janeiro, como interventor nomeado por Vargas, e depois como ministro do STF.

Na análise dos três membros do Partido Democrático de São Paulo que fundaram o Partido Democrático Nacional, destacamos que todos eles começaram suas carreiras vinculados aos grupos dominantes, com associação aos grupos dissidentes no desenvolvimento de suas trajetórias. Francisco Morato além de ser dirigente do PD de São Paulo, apoiou a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. José Marrey Júnior e Paulo de Moraes Barros também seguiram na linha de confrontação partidária. No entanto, ao contrário dos políticos gaúchos do PDN, os paulistas não se associaram ao movimento tenentista de confronto oligárquico. Com a ascensão de Vargas ao poder, a associação ao governo foi provisória, pois os conflitos relacionados à questão da interventoria começaram a vir à tona desde os primórdios do governo. Francisco Morato foi um dos organizadores da Frente Única Paulista, precursora do movimento armado contra o governo provisório, em 1932. Com a política de reconciliação entre o governo central e São Paulo, como a interventoria de Armando Salles de Oliveira, Morato reaproximou-se do governo, retornando à oposição na interventoria de Adhemar de Barros, durante o Estado Novo. Paulo de Moraes Barros foi nomeado ministro de Vargas no início do governo provisório. Direcionou-se à oposição na organização da Frente Única Paulista, no apoio à revolta de 1932 e na atuação como senador pelo Partido Constitucionalista. José Marrey Júnior também atuou na Frente Única Paulista e na revolta de 1932, porém, ao término do conflito, realizou a autocrítica do movimento, atuando como defensor do entendimento entre as oligarquias e os tenentes no poder. Tal postura conciliadora proporcionou-lhe os cargos de conselheiro do DASP e de secretário de estado durante o Estado Novo. Com a redemocratização, foi um dos fundadores do

Partido Social Progressista, juntamente com o ex-interventor Adhemar de Barros.

Por sua vez, a trajetória de Adolfo Bergamini, membro do Partido Democrático do Distrito Federal, é associada à defesa dos movimentos tenentistas e operários na década de 1920. Com a vitória da Revolução de 1930, foi nomeado interventor do Distrito Federal, deposto por conflitos internos. Após este momento de situacionismo, passou para a oposição, sendo um dos fundadores do Partido Economista Democrático e um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento de oposição à Vargas e ao Estado Novo.

Em linhas gerais, podemos considerar a atuação do Partido Democrático Nacional como autenticamente dissidente e confrontadora aos costumes políticos do período pré-1930, sendo estes mesmos membros associados socialmente às oligarquias que combatiam. A atuação dos membros do Rio Grande do Sul e do Distrito Federal era associada à defesa do tenentismo, o que não ocorreu entre os membros de São Paulo. Pierre Bourdieu define os campos sociais como espaços de lutas e conflitos por posições e prestígio. No campo político brasileiro do contexto pós-revolucionário, tal definição teórica é visível na prática dos agentes que apoiaram o movimento de 1930 e atuam no novo cenário, como agentes de apoio ou oposição. O estudo das organizações partidárias de contestação oligárquica na década de 1920 proporciona um entendimento mais acurado da política pós-1930, através da análise das trajetórias biográficas dos seus agentes, disponíveis no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas.

## Referências

ALESP. **Os heróis da Revolução Constitucionalista de 1932**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=358013> . Acesso em: 15 maio 2019.

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (de 1930 a 1960)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. "O campo político". **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193-216, jan./jul. 2011.

FRANCO, Sérgio da Costa. Gaúchos na Academia de Direito de São Paulo no Século XIX. **Revista Justiça & História**, Porto Alegre, v. 1, n. 1 e 2, 2001. Disponível em: [https://www.tjrs.jus.br/export/poder\\_judiciario/historia/memorial\\_do\\_poder\\_judiciario/memorial\\_judiciario\\_gaicho/revista\\_justica\\_e\\_historia/issn\\_1676-5834/v1n1\\_2/doc/04.Sergio\\_Franco.pdf](https://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_gaicho/revista_justica_e_historia/issn_1676-5834/v1n1_2/doc/04.Sergio_Franco.pdf). Acesso em: 15 maio 2019.

LEMOS, Renato. Batista Luzardo (verbete) In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN,

Fernando (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [online]. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-batista-luzardo>. Acesso em: 03 dez. 2018.

HIPÓLITO, Regina. Paulo de Moraes Barros (verbete). In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [online]. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/barros-paulo-de-morais>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MARTINS, Luciano. **A Revolução de 1930 em Perspectiva: Estado, Estrutura de Poder e Processo Político**. In: CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC). *A revolução de 30*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983.

MAYER, Jorge Miguel. Marrey Júnior (verbete). In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [online]. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/marrey-junior-jose-adriano>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MOREIRA, Regina da Luz. Assis Brasil (verbete). In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [online]. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-francisco-de-assis-brasil>. Acesso em: 30 nov. 2018.

NOGUEIRA FILHO, Paulo. **Ideais e lutas de um burguês progressista**. (Subsídio para a história do Partido Democrático e da Revolução de 1930). Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965. v. 1.

PANTOJA, Sílvia. Adolfo Bergamini (verbete). In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [online]. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bergamini-adolfo>. Acesso em: 03 dez. 2018.

PANTOJA, Sílvia. Plínio Casado (verbete). In: PAULA, Christiane Jalles de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** [online]. São Paulo: FGV, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/plinio-de-castro-casado>. Acesso em: 03 dez. 2018.

PIRES, Murilo José de Souza; RAMOS, Pedro. O termo modernização conservadora: sua origem e utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 40, n. 3, jul./set. 2009, p.411-424.

PRADO, Maria Lígia Coelho. **A democracia ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934**. São Paulo: Ática, 1986.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/31689/20209>. Acesso em: 12 nov. 2020.